ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP ART MARIO HENRIQUE GUIMARÃES BARBOZA

ARTILHARIA NAS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO: VIABILIDADE DE EMPREGO NO TERRITÓRIO NACIONAL

Rio de Janeiro
2017

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP ART MARIO HENRIQUE GUIMARÃES BARBOZA

ARTILHARIA NAS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO: VIABILIDADE DE EMPREGO NO TERRITÓRIO NACIONAL

Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Operações Militares

Rio de Janeiro
2017

____
2017

Barboza, Mario Henrique Guimarães.
Artilharia nas operações de pacificação: viabilidade de emprego no território nacional / Mario Henrique Guimarães Barboza – 2017.
51 f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2017.

1. Artilharia de Campanha. 2. Doutrina Militar. 3. Pacificação. I Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. II Título.

CDD: ____

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMil
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: **Cap Art MARIO HENRIQUE GUIMARÃES BARBOZA**

Título: **ARTILHARIA NAS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO:** VIABILIDADE DE EMPREGO NO TERRITÓRIO NACIONAL

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Operações Militares, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____/_____/_____ CONCEITO:_____

BANCA EXAMINADORA

Membro **Menção Atribuída**

_____
MAURO JOSÉ DE ALMEIDA JÚNIOR - TC
Cmt Curso e Presidente da Comissão

_____
FRANCISCO XAVIER M. B. DO NASCIMENTO - Maj
1º Membro e Orientador

_____
MARCELO VIEIRA DE SOUZA - Cap
2º Membro

_____
MARIO HENRIQUE GUIMARÃES BARBOZA – Cap
Aluno

À minha família, que sempre renova
minha fé em Deus e em mim mesmo,
com sua presença e conselhos nos
momentos mais difíceis e incertos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Maj Art Xavier, meus sinceros agradecimentos pelas constantes e oportunas orientações, pelo seu profissionalismo e por toda a atenção dispensada na realização deste trabalho.

Ao meu pai que sempre foi exemplo pra mim com sua serenidade, bondade e pureza dos sentimentos, com o qual aprendi a ser o homem que sou hoje. À minha mãe que, com todo seu amor incondicional, sempre me guiou pelo caminho da verdade e justiça. À minha irmã, pessoa abençoada, que com seus conselhos oportunos e paciência teve a inteligência para me conduzir até o fim deste trabalho, apesar de todos os infortúnios que se apresentaram pelo caminho.

A Deus, pois apesar de todas as provações, sempre esteve ao meu lado iluminando meus passos e me dando saúde para o prosseguimento de todas as missões.

Quando alguém lhe magoar ou ofender, não retruque. Não responda na mesma forma. Apenas sinta compaixão daquele que precisa humilhar, ofender ou magoar para sentir-se forte (Chico Xavier).

RESUMO

O estudo desenvolvido demonstra a necessidade da Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro estar preparada para atuar nas Operações de Pacificação tanto na aplicação de seus fogos de maneira adequada à região de conflito, quanto integrando ou reforçando a arma base, atendendo às necessidades inerentes a este tipo de conflito. **Objetivo:** analisar a viabilidade das hipóteses de emprego dos Grupos de Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro em Operações de Pacificação no âmbito interno. **Metodologia:** para obter as informações necessárias à resolução da demanda da pesquisa que foi desenvolvida, foram selecionadas fontes bibliográficas que proporcionaram o suporte necessário a um estudo sistemático, a fim de fundamentar a solução do problema proposto. Assim, ao final do presente estudo, ter condições de apresentar uma conclusão consistente, bem como recomendações que possam mitigar os problemas específicos relacionados ao emprego da Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro em Operações de Pacificação no território nacional.

Palavras-chave: Artilharia de Campanha. Exército Brasileiro. Operações de Pacificação. Operações de AOG. Materiais e Munições.

ABSTRACT

The study demonstrates the need for the Brazilian Army's Field Artillery to be prepared to operate in Pacification Operations both in the application of their fires in an adequate manner to the conflict region and in the integration or reinforcement of the manouver weapon, taking into account the inherent needs of this type of conflict. **Objective:** to analyze the viability of the hypothesis of the use of the Brazilian Armed Forces Field Artillery Groups in Pacification Operations in the internal scope. **Methodology:** to obtain the necessary information to solve the demand of the research that was developed, we selected bibliographical sources that provided the necessary support to a systematic study, in order to base the solution of the proposed problem. Thus, at the end of the present study, be able to present a consistent conclusion, as well as recommendations that can mitigate the specific problems related to the use of the Brazilian Army Field Artillery in Pacification Operations in the national territory.

Keywords: Field Artillery. Brazilian army. Pacification Operations. AOG operations. Materials and Ammunition.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

1.1 PROBLEMA 14

1.2 OBJETIVO 14

1.3 JUSTIFICATIVA.....15

2 METODOLOGIA 17

3 RESULTADOS 19

3.1 Operações de Paz, segundo a Onu.....19

3.1.1 Classificação 19

3.1.2 Acordo sobre o Status da Força (SOFA).....20

3.1.3 Histórico da Operações de Paz da ONU.....21

3.2 O Brasil e as Operações de Paz da ONU.....24

3.2.1 UNOCI.....25

3.2.2 UNMISS.....25

3.2.3 UNMIL.....26

3.2.4 UNISFA.....26

3.2.5 MONUSCO.....27

3.2.6 UNFIL.....27

3.2.7 UNFICYP.....28

3.2.8 MINURSO.....28

3.2.9 MINUSTAH.....29

3.2.9.1 A evolução do adestramento das tropas brasileiras para o emprego na MINUSTAH.....29

3.2.9.2 O Emprego do 2º Grupo de Artilharia de Campanha Leve - Regimento Deodoro - no 19º BRABAT.....30

3.3. As Operações de Pacificação, segundo a doutrina do Exército Brasileiro.....31

3.3.1 Estado de Exceção.....31

3.4. Operações de Apoio a Órgãos Governamentais (Op AOG), segundo a doutrina do Exército Brasileiro.....31

3.4.1 As Op de AOG em território nacional.....32

3.4.2 Operações de Pacificação X AOG.....32

3.5 Garantia da Lei e da Ordem (GLO).....33

3.6 O Emprego do Sistema Artilharia de Campanha como Apoio de Fogo em Op Pac e AOG.....33

3.7 A função de combate Fogos, no interior de localidades.....34

3.8 Materiais de Artilharia do Exército Brasileiro: artilharia de tubo de calibre médio e suas munições.....36

3.8.1 Obuseiro 105 mm M 101 AR.....36

3.8.2 Obuseiro 105 mm M 108 AP.....37

3.8.3 Obuseiro 105 mm M 56 AR OTO MELARA.....37

3.8.4 Obuseiro 155mm M114 AR e M114 A2 AR.....38

3.8.5 Obuseiro 155mm M109 A3 AP.....39

3.9 Munições em uso pela Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro.....39

3.9.1 Munição Alto-Explosiva (AE) Convencional.....40

3.9.2 Munição Guiada a Laser M712 *Copperhead*.....40

3.9.3 Munição Assistida por Foguete.....40

3.10 Os principais Obuseiros existentes no mundo.....41

3.10.1 Obuseiro 155mm M109 A6 AP (*Paladin*).....41

3.10.2 Obuseiro CAESAR (CAmion Equipé d'un Système d'ARtillerie).....42

3.11 As Munições Inteligentes de Artilharia mais Utilizadas no Mundo - Munição M982 *Excalibur*.....42

4. DISCUSSÃO.....43

5. CONCLUSÃO.....45

REFERÊNCIAS 46

1 INTRODUÇÃO

O século XX, principalmente no seu início, foi marcado por dois grandes conflitos de massa, guerras com metas ilimitadas, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (HOBSBAWM, 1995).

A Primeira Guerra Mundial começou entre a Tríplice Entente, aliança de França, Grã-Bretanha e Rússia, de um lado, e as chamadas “Potências Centrais”, Alemanha e Áustria-Hungria, do outro. A Primeira Grande Guerra envolveu três continentes por quatro exaustivos anos e arrastou mais de 65 milhões de soldados para as trincheiras europeias, asiáticas e africanas. Não só os países europeus, juntamente com seu povo, se entrincheiraram, mas também suas colônias. A "mundialização" deste conflito ocorreu quando tropas do EUA, em 1917, cruzaram o Atlântico para combater no Velho Mundo. A carnificina desta guerra trouxe a óbito mais 20 milhões de pessoas, entre civis e militares, bem como feriu outros 20 milhões. Como característica marcante desta Grande Guerra têm-se, entre outras, o êxodo de milhões de civis, que cruzaram fronteiras tanto para fugir das batalhas e de seus efeitos mortais quanto para buscar emprego e paz, nos países vizinhos. A Primeira Guerra, no seu fim, plantou a semente do que seria a maior catástrofe provocada pelo homem, em toda sua história, a Segunda Guerra Mundial (BOTELHO, 2016).

Se a Primeira Guerra Mundial teve números impressionantes, entre óbitos, países participantes e gastos, a Segunda Guerra transcendeu esses dados. Foram mais de 70 países envolvidos e todos os continentes, direta ou indiretamente, foram palcos de batalhas. Mais de 50 milhões de mortos e mais de 28 milhões de mutilações. À parte estes números, estes conflitos deixaram ainda milhões pessoas com traumas psicológicos severos que os incapacitaram para o convívio em sociedade (ARAÚJO, 2013).

A mais brutal das características da II GM foi a supressão da diferença entre os soldados e os civis, uma vez que, durante grande parte do conflito, nenhuma das nações envolvidas selecionou seus objetivos militares poupando a população civil (TANCREDO, 2016).

Tancredo (2016) ainda cita a diferença entre os impressionantes gastos e mobilizações entre as duas Grandes Guerras. De acordo com seus estudos, a Primeira Grande Guerra (I GM) teve um custo da ordem de 208 bilhões de dólares enquanto que a Segunda Grande Guerra (II GM) custou impressionantes 1 trilhão e

500 bilhões de dólares. A II GM, ainda, mobilizou cerca de 110 milhões de homens e mulheres, dos quais apenas 30% saíram ilesos, sem ferimento.

Como saldo positivo destas duas Guerras Totais, entre outros fatores, pode-se citar a criação da Liga das Nações (1919), entidade embrionária da Organização das Nações Unidas (ONU). A primeira foi idealizada pelos países vencedores da Primeira Guerra Mundial com o objetivo de evitar guerras. Conseguiu, em parte, seu objetivo, evitando alguns conflitos na década de 20. Entretanto, principalmente, por não ter um "braço" armado, seu poder de coerção baseava-se apenas em sanções econômicas e militares. Desta forma, seu esforço não conseguiu impedir a invasão japonesa da Manchúria (1931), a agressão italiana à Etiópia (1935) e o ataque russo à Finlândia (1939), fatores que, de forma conjunta a outros, desencadearam a II GM. Já a ONU, criada em 1946, com as mesmas responsabilidades da Liga, obteve mais sucesso (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2016).

O término das catastróficas duas Grandes Guerras gerou uma bipolarização mundial entre duas grandes nações, a União Soviética e os Estados Unidos, que durou até o término do século XX (SADER, 2000).

O fim do século XX e início do século XXI foi marcado por conflitos internos e não mais, guerras totais. Segundo o anuário Sipri (1999), naquela época, o mundo possuía 27 confrontos armados, sendo, em sua grande maioria, conflitos internos, praticamente inexistindo as guerra entre Estados. Esta tendência apresentada naquele ano foi fruto, principalmente, da "queda" da URSS e da desintegração de Estados socialistas. Tanto esta quanto aquela reacenderam as diferenças étnicas e religiosas entre alguns povos, que "hibernavam", até aquele momento, sob o jugo de regimes totalitários que estavam em ascensão durante o período de Guerra Fria (1945-1991) (PADOVANI, 2005).

Padovani (2005) classifica os conflitos atuais, segundo as forças em litígio, da seguinte maneira: guerra entre Estados, guerra civil ou guerrilha, separatismo decorrente de invasão estrangeira e separatismo no interior de um Estado, sendo este último o menos recorrente.

Nota-se, assim, com os fatos históricos e dados supracitados, que os conflitos bélicos evoluíram de acordo com o transcorrer do último século. Com domínio da energia nuclear e seu desenvolvimento na criação de armamentos, durante a II GM, e a corrida armamentista da Guerra Fria, não restou mais espaço para guerras totais (VILELA, 2005).

Segundo Faria (sem data) a Organização das Nações Unidas foi fundada com alguns objetivos definidos, dentre eles o da promoção da paz mundial, através da intervenção em conflitos armados pelo globo, evitando que disputas se transformem em guerras.

Segundo a própria ONU (sem data), suas missões de pacificação tinham como objetivos limitados, a princípio, a manutenção do cessar-fogo. No entanto, esses objetivos, com o passar dos anos, mudaram de forma drástica e as missões "tradicionais" passaram a ser "multidimensionais", sem perder, contudo, o foco nos objetivos precípuos contidos no preâmbulo da Carta das Nações.

O Brasil, como país-membro das Nações Unidas, participa da tomada de decisões bem como integra contingentes das Forças de Paz da ONU desde 1948. Segundo dados da própria Organização, o Brasil Integrou operações na África (entre outras, no Congo, Angola, Moçambique, Libéria, Uganda, Sudão), na América Latina e Caribe (El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Haiti), na Ásia (Camboja, Timor-Leste) e na Europa (Chipre, Croácia). Atualmente o Brasil é o maior contribuinte de tropas para a Missão da ONU para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). De 2004 a 2010, o país manteve um contingente de 1.200 militares, com rotação semestral.

A missão precípua do Sistema de Artilharia de Campanha (SAC) é apoiar as operações conduzidas pela Força Terrestre, por intermédio da aplicação de fogos adequados à necessidade do escalão de comando ou elemento de manobra, de forma potente, precisa e oportuna, buscando destruir, neutralizar ou diminuir o poder de combate inimigo, propiciando a conquista e manutenção dos objetivos estabelecidos. No entanto, há a previsão também, de que as Organizações Militares de Artilharia do Exército Brasileiro devem ser capazes de atuar em Operações de Não-Guerra , tais como as Operações de Pacificação e as Operações de Apoio a Órgãos Governamentais. O Plano de Instrução Militar especifica ainda, que nestas Unidades Militares a tropa de Artilharia será organizada, equipada e adestrada, a fim de ser empregada nas Op Pac de forma singular, assumindo área de responsabilidade específica, ou empregada de forma conjunta com a arma base, integrando-a ou reforçando-a (BRASIL, 2016).

As Operações de Pacificação (Op Pac) englobam várias atividades e tarefas militares em coordenação com vetores civis. Em algumas situações, vindo a assemelhar-se às tarefas de apoio a Órgãos Governamentais, distinguindo-se destas devido ao contexto em que são conduzidas. Em Território Nacional, por

exemplo, as Op Pac necessitam do estabelecimento de um Estado de Exceção, para serem conduzidas. No exterior, porém, são conduzidas sob a égide de Organismos Internacionais (BRASIL, 2015).

1.1 PROBLEMA

Ainda que muito frequente o emprego de tropas da ONU em vários países, desde meados do século passado, buscando a dissolução de conflitos internos entre os mesmos, apenas uma única vez a artilharia de campanha foi empregada com seus armamentos orgânicos. Este fato ocorreu na Missão das Nações Unidas de Estabilização da República Democrática do Congo (SIVITER, 2016).

Tal fato expõe a escassa literatura e experiência adquiridas sobre este tipo de emprego. O Brasil, como um dos membros fundadores da ONU e um tradicional contribuinte com tropas para missão de paz, possui uma doutrina que não contempla, ainda, o emprego de um Grupo de Artilharia de Campanha, bem como seus armamentos orgânicos, neste tipo de operação.

Não obstante esta possível forma de emprego, a Art Cmp é vocacionada, precipuamente, para apoiar pelo fogo os elementos de combate através do uso de seus armamentos orgânicos e pelos efeitos das munições que utiliza. Estas possuem grande letalidade e poder de destruição, devidos, principalmente, a suas cargas explosivas e aos seus raios de ação que atingem dezenas de metros ao redor dos pontos de impacto (LOURENÇO, 2015).

Sendo assim, foi formulado o seguinte problema:

Há viabilidade do emprego dos Grupos de Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro em Operações de Pacificação dentro do território nacional?

1.2 OBJETIVO

O objetivo geral do presente estudo é analisar a viabilidade das hipóteses de emprego dos Grupos de Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro em Operações de Pacificação no âmbito interno.

No intuito de viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo, foram formulados os objetivos específicos, abaixo relacionados, que permitirão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado nesta pesquisa:

a. Discorrer sobre as Operações de Pacificação, segundo a Organização das nações Unidas (ONU).

b. Discorrer sobre a Operações de Pacificação, segundo a doutrina do Exército Brasileiro.

c. Discorrer sobre as Operações de Apoio aos Órgãos Governamentais, segundo a doutrina do Exército Brasileiro

d. Correlacionar os princípios das Operações de AOG e as Op Pac.

e. Discorrer sobre a Garantia da Lei e da Ordem.

f. Descrever o Emprego da Art Cmp do Exército Brasileiro.

g. Descrever o apoio de fogo no interior de localidades.

g. Apresentar os materiais e munições de Art Cmp de tubo do EB.

h. Apresentar os principais materiais e munições de Art Cmp existentes no mundo que viabilizam o emprego do apoio de fogo (Ap F) em conflitos em localidades.

i. Concluir acerca da necessidade de adequação da doutrina de emprego da Art Cmp em Op Pac do Exército Brasileiro frente ao preconizado pela ONU.

h. Propor a adoção de Mat e Mun de Art Cmp mais adequados que, porventura, sejam necessários para atender às demandas de emprego da Art Cmp do EB em Op Pac.

1.3 JUSTIFICATIVA

Desde o término da Segunda Grande Guerra, foram verificadas significativas mudanças na natureza dos conflitos armados, as quais forçaram mudanças de paradigmas nas Forças Armadas Mundiais. Há uma corrente entre os estudiosos da guerra que defende a ideia do surgimento de uma ‘nova guerra’, caracterizada por contendas civis (RUIVO, 2014).

Segundo RUIVO (2014), ainda, em 1990 Martin Van Creveld, historiador militar holandês, previu que os atores não estatais armados acabariam com o monopólio da violência por parte dos Estados, gerando uma nova forma de conflito, fruto de uma dissolução, do que antes eram interesses estatais, em interesses diversos.

Sendo assim, como contribuição deste estudo, pretende-se verificar a viabilidade do emprego dos Grupos de Artilharia de Campanha para melhor atender as demandas Exército nesta nova modalidade de conflito. Pretende-se

também, apresentar inovações no sentido de aprimorar o Sistema Ap F de Art do EB, no que tange aos materiais e munições mais adequados a esta realidade.

O presente estudo constituir-se-á em mais um trabalho que abordará o sistema Ap F em conflitos modernos, aumentando o escopo de trabalhos científicos que servirão em um futuro próximo como subsídio para novas pesquisas.

2 METODOLOGIA

Para responder às perguntas propostas no estudo foi utilizada uma abordagem descritiva, a fim de caracterizar as operações de Pacificação no Brasil e no exterior, sob a égide da ONU. Bem como, caracterizar a doutrina de emprego do Grupos de Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro com seus meios de apoio de fogo, neste tipo de operação. Foi utilizada, ainda, uma abordagem descritiva, a fim de diferenciar as Operações de Apoio a Órgãos Governamentais, operações de não-guerra que se assemelham às Op Pac.

A coleta de dados foi feita através de artigos científicos nacionais e internacionais, publicados em periódicos indexados nas principais bases de dados científicos. Foram utilizados ainda, como fonte de consulta, manuais de campanha do Exército Brasileiro e do Exército Americano e, ainda, o site Google Acadêmico.

a. Estratégia de busca para as bases de dados eletrônicas:

Foram utilizados os seguintes termos descritores: *"artilharia de campanha, materiais e munições de artilharia, operação de pacificação, operação de AOG, GLO, fogos no interior de localidade",* respeitando as peculiaridades de cada base de dados. Após a pesquisa eletrônica, as referências bibliográficas dos estudos considerados relevantes foram revisadas, no sentido de encontrar artigos não localizados na referida pesquisa.

b. Critérios de inclusão:

- Estudos publicados em português, inglês, ou espanhol.
- Estudos que caracterizassem as Operações de Pacificação sob a égide da ONU
- Estudos que caracterizassem as Operações de Pacificação, segundo a doutrina do Exército Brasileiro.
- Estudos que caracterizassem as Operações de Apoio a Órgãos Governamentais.
- Estudos que caracterizassem os conflitos em localidades.
- Estudos que caracterizassem o emprego do Exército Brasileiro em GLO.

- Estudos que caracterizassem o emprego dos Grupos de Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro.

- Estudos que caracterizassem os materiais e munições usados pelos grupos de Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro.

- Estudos que caracterizassem o emprego do apoio de fogo na execução de tiros no interior de localidades urbanas.

c. Critérios de exclusão:

- Estudos que tratavam de artilharia de foguetes ou mísseis.

- Estudos com origem em países não membros da Organização das Nações Unidas.

- Trabalhos literários sem embasamento em métodos científicos.

3 RESULTADOS

Os desequilíbrios na ordem mundial foram e são, até os dias atuais, frequentes. Esses são os grandes responsáveis pelo início das tensões entre os mais diversos povos. Muitas vidas, a história comprova, foram ceifadas e grandes gastos foram gerados para iniciar e manter exércitos combatendo, por conta destes desequilíbrios (ARAÚJO, 2013).

No entanto, as grandes guerras entre Estados, por ora, estão apenas no passado. Os conflitos bélicos atuais, na sua grande maioria, caracterizam-se por tensões internas aos Estados. Estas tensões motivadas, ora por sentimentos separatistas, ora por grupos armados que ambicionam "derrubar" o governo constituído de um determinado país (DOS ANJOS, 2016).

Sendo assim, para combater neste novo tipo de conflito, também conhecido como Conflito Assimétrico, os exércitos pelo mundo estão procurando se adequar, seja para defender o interesse de seu país e de seus cidadãos, dentro de suas fronteiras, seja para intervir em outras nações, sob a égide da ONU (CASTRO, 2007).

3.1 Operações de Paz, segundo a ONU

3.1.1 Classificação

A Organização das Nações Unidas, organismo intergovernamental criado para promover a cooperação internacional, busca intervir nas nações, após autorização de seu Conselho de Segurança, enviando observadores ou tropas para os locais de conflitos, sendo reconhecida, em diversos países, por buscar a promoção da paz, através de suas missões de Pacificação (VIEIRA, 2015).

As categorias mais usualmente empregadas para classificar as atividades realizadas pelas Nações Unidas no campo da paz e segurança podem ser descritas por diversas maneiras (RABELO, 2016).

a. Diplomacia Preventiva (*preventive diplomacy*): prevenção do surgimento de disputas entre Estados, ou no interior de um Estado, visando evitar a deflagração

de conflitos armados ou o alastramento destes uma vez iniciados. Contempla ações autorizadas de acordo com o Capítulo VI da Carta da ONU.

b. Promoção da Paz (*peacemaking*): ações diplomáticas empreendidas após o início do conflito, que visam a negociação entre as partes para a suspensão das hostilidades. Baseiam-se nos mecanismos de solução pacífica de controvérsias previstos no Capítulo VI da Carta da ONU.

c. Manutenção da Paz (*peacekeeping*): ações empreendidas por militares, policiais e civis no terreno do conflito, com o consentimento das partes, objetivando a implementação ou o monitoramento do controle de conflitos (cessar-fogos, separação de forças, etc) e também a sua solução (acordos de paz). Tais ações são complementadas por esforços políticos no intuito de estabelecer uma resolução pacífica e duradoura para o litígio. A base jurídica deste tipo de operação não se enquadra perfeitamente no Capítulo VI nem no Capítulo VII da Carta da ONU, o que leva alguns analistas a situá-las em um imaginário “Capítulo VI e meio”.

d. Imposição da Paz (*peace-enforcement*): respaldadas pelo Capítulo VII da Carta da ONU, essas operações incluem o uso de força armada na manutenção ou restauração da paz e segurança internacionais. São estabelecidas quando o Conselho de Segurança julga haver ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão. Podem abranger intervenções de caráter humanitário.

e. Consolidação da Paz (*post-conflict peace-building*): executadas após a assinatura de um acordo de paz, tais operações visam a fortalecer o processo de reconciliação nacional através da reconstrução das instituições, da economia e da infra-estrutura do Estado anfitrião. Os Programas, Fundos e Agências das Nações Unidas atuam ativamente na promoção do desenvolvimento econômico e social, mas também pode haver a presença de militares.

3.1.2 Acordo sobre o Status da Força (SOFA)

O SOFA é um acordo assinado entre o país "anfitrião" e a Organização das Nações Unidas que visa, entre outras peculiaridades, lidar com questões

necessárias para o dia-a-dia, como entrada e saída de forças, entrada e saída de pertences pessoais (por exemplo, automóveis), mão de obra, reivindicações e contratados e suscetibilidade ao rendimento e impostos sobre vendas. Entende-se por país "anfitrião" aquele país no qual a ONU intervém com suas tropas. Nesta situação, na qual este recebe as forças da ONU e estas se farão presentes por um longo período, os SOFAs também podem lidar com atividades auxiliares, como escritórios postais e instalações recreativas e bancárias. Mais importante ainda, os SOFA lidam com a jurisdição civil e criminal e lidam com o emprego e uso de armamento, inclusive, armamentos de grosso calibre (MASON, 2012).

Segundo Mason (2012), ainda, cabe aos SOFAs, durante uma missão de Pacificação sob a égide da ONU, autorizar a entrada de obuseiros e morteiros, orgânicos da Força de Paz, no país "anfitrião", bem como seu uso.

3.1.3 Histórico das Operações de Paz da ONU

De acordo com dados da própria ONU (2014), existem cerca de 110 mil pessoas servindo em vinte operações de paz lideradas pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (DPKO).

Segundo a própria ONU (2014), desde 1945, até os dias atuais, já foram criadas 63 (sessenta e três) Forças de Paz para intervir em diversos países, com o intuito de prevenir ou manter a paz. Apenas na última década, as missões também foram responsáveis pelo desarmamento de mais de 400 mil ex-combatentes, ajudando em sua reinserção na vida civil.

A ONU (2014) divulgou, ainda, uma lista, sintetizada na tabela abaixo, contendo suas missões de pacificação até aquela data:

Quadro 1. Dados Coletados da ONU

ACRÔNIMO	NOME DA MISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
UNTSO	United Nations Truce Supervision Organization	Maio 1948	-
UNMOGIP	United Nations Military Observer Group in India and Pakistan	Janeiro 1949	-
UNEF I	First United Nations Emergency Force	Novembro 1956	Junho 1967
UNOGIL	United Nations Observation Group in Lebanon	Junho 1958	Dezembro 1958

(continuação)

ONUC	United Nations Operation in the Congo	Julho 1960	Junho 1964
UNSF	United Nations Security Force in West New Guinea	Outubro 1962	Abril 1963
UNYOM	United Nations Yemen Observation Mission	Julho 1963	Setembro 1964
UNFICYP	United Nations Peacekeeping Force in Cyprus	Março 1964	-
DOMREP	Mission of the Re-ative of the Secretary-General in the Dominican Republic	Maio 1965	Outubro 1966
UNIPOM	United Nations India-Pakistan Observation Mission	Setembro 1965	Março 1966
UNEF II	Second United Nations Emergency Force	Outubro 1973	Julho 1979
UNDOF	United Nations Disengagement Observer Force	Junho 1974	-
UNIFIL	United Nations Interim Force in Lebanon	Março 1978	-
UNGOMAP	United Nations Good Offices Mission in Afghanistan and Pakistan	Maio 1988	Março 1990
UNIIMOG	United Nations Iran-Iraq Military Observer Group	Agosto 1988	Fevereiro 1991
UNAVEM I	United Nations Angola Verification Mission I	Janeiro 1989	Junho 1991
UNTAG	United Nations Transition Assistance Group	Abril 1989	Março 1990
ONUCA	United Nations Observer Group in Central America	Novembro 1989	Janeiro 1992
UNIKOM	United Nations Iraq-Kuwait Observation Mission	Abril 1991	Outubro 2003
MINURSO	United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara	Abril 1991	-
UNAVEM II	United Nations Angola Verification Mission II	Junho 1991	Fevereiro 1995
ONUSAL	United Nations Observer Mission in El Salvador	Julho 1991	Abril 1995
UNAMIC	United Nations Advance Mission in Cambodia	Outubro 1991	Março 1992
UNPROFOR	United Nations Protection Force	Fevereiro 1992	Março 1995
UNTAC	United Nations Transitional Authority in Cambodia	Março 1992	Setembro 1993
UNOSOM I	United Nations Operation in Somalia I	Abril 1992	Março 1993
ONUMOZ	United Nations Operation in Mozambique	Dezembro 1992	Dezembro 1994
UNOSOM II	United Nations Operation in Somalia II	Março 1993	Março 1995

(continuação)

ACRÔNIMO	NOME DA MISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
UNOMUR	United Nations Observer Mission Uganda-Rwanda	Junho 1993	Setembro 1994
UNOMIG	United Nations Observer Mission in Georgia	Agosto 1993	Junho 2009
UNOMIL	United Nations Observer Mission in Liberia	Setembro 1993	Setembro 1997
UNMIH	United Nations Mission in Haiti	Setembro 1993	Junho 1996
UNAMIR	United Nations Assistance Mission for Rwanda	Outubro 1993	Março 1996
UNASOG	United Nations Aouzou Strip Observer Group	Maio 1994	Junho 1994
UNMOT	United Nations Mission of Observers in Tajikistan	Dezembro 1994	Maio 2000
UNAVEM III	United Nations Angola Verification Mission III	Fevereiro 1995	Junho 1997
UNCRO	United Nations Confidence Restoration Operation in Croatia	Maio 1995	Janeiro 1996
UNPREDEP	United Nations Preventive Deployment Force	Março 1995	Fevereiro 1999
UNMIBH	United Nations Mission in Bosnia and Herzegovina	Dezembro 1995	Dezembro 2002
UNTAES	United Nations Transitional Administration for Eastern Slavonia, Baranja and Western Sirmium	Janeiro 1996	Janeiro 1998
UNMOP	United Nations Mission of Observers in Prevlaka	Janeiro 1996	Dezembro 2002
UNSMIH	United Nations Support Mission in Haiti	Julho 1996	Julho 1997
MINUGUA	United Nations Verification Mission in Guatemala	Janeiro 1997	Maio 1997
MONUA	United Nations Observer Mission in Angola	Junho 1997	Fevereiro 1999
UNTMIH	United Nations Transition Mission in Haiti	Agosto 1997	Dezembro 1997
MIPONUH	United Nations Civilian Police Mission in Haiti	Dezembro 1997	Março 2000
UNCPSG	UN Civilian Police Support Group	Janeiro 1998	Outubro 1998
MINURCA	United Nations Mission in the Central African Republic	Abril 1998	Fevereiro 2000
UNOMSIL	United Nations Observer Mission in Sierra Leone	Julho 1998	Outubro 1999
UNMIK	United Nations Interim Administration Mission in Kosovo	Junho 1999	-
UNAMSIL	United Nations Mission in Sierra Leone	Outubro 1999	Dezembro 2005

(continuação)

ACRÔNIMO	NOME DA MISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
UNTAET	United Nations Transitional Administration in East Timor	Outubro 1999	Maio 2002
MONUC	United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo	Novembro 1999	Junho 2010
UNMEE	United Nations Mission in Ethiopia and Eritrea	Julho 2000	Julho 2008
UNMISET	United Nations Mission of Support in East Timor	Maio 2002	Maio 2005
UNMIL	United Nations Mission in Liberia	Setembro 2003	-
UNOCI	United Nations Operation in Côte d'Ivoire	Abril 2004	-
MINUSTAH	United Nations Stabilization Mission in Haiti	Junho 2004	-
ONUB	United Nations Operation in Burundi	Junho 2004	Dezembro 2006
UNMIS	United Nations Mission in the Sudan	Março 2005	Julho 2011
UNMIT	United Nations Integrated Mission in Timor-Leste	Agosto 2006	Dezembro 2012
UNAMID	African Union-United Nations Hybrid Operation in Darfur	Julho 2007	-
MINURCAT	United Nations Mission in the Central African Republic and Chad	Setembro 2007	Dezembro 2010
MONUSCO	United Nations Organization Stabilization Mission in Democratic Republic of the Congo	Julho 2010	-
UNISFA	United Nations Organization Interim Security Force for Abyei	Junho 2011	-
UNMISS	United Nations Mission in the Republic of South Sudan	Julho 2011	-
UNSMIS	United Nations Supervision Mission in Syria	Abril 2012	Agosto 2012
MINUSMA	United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali	Abril 2013	-
MINUSCA	United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission Central African Republic	Abril 2014	-

Fonte: ONU, 2014.

3.2 O Brasil e as Operações de Paz da ONU

Segundo dados do Itamaraty (2016), o Brasil já participou de mais de 50 (cinquenta) operações de paz e missões similares, tendo contribuído com mais de 33.000 militares, policiais e civis. Desta forma, compromete-se, na qualidade de

membro fundador das Nações Unidas, com a solução pacífica de controvérsias com suas participações.

Ainda, o Brasil, dentro dos princípios que regem as suas relações internacionais, busca a defesa da paz, a solução pacífica de conflitos e a cooperação entre os povos, seguindo o que preconiza o artigo 4º da Constituição Federal, não se furtando, desta maneira, a engajar-se na superação de conflitos internacionais, sob a égide da ONU.

Segundo dados do Ministério da Defesa, o Brasil atualmente participa com o emprego de quase 2000 pessoas, entre civis e militares, em nove operações de paz sob a égide da ONU, são elas: UNOCI (Costa do Marfim), UNMIS (Sudão), UNMIL (Libéria), UNISFA (Abyei), MONUSCO (República Democrática do Congo), UNIFIL (Líbano), MINURSO (Marrocos), UNFICYP (Chipre) e MINUSTAH(Haiti).

3.2.1 UNOCI

Segundo a resolução 1528, de 27 de fevereiro de 2004, do Conselho de Segurança, a Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI), foi criada a partir de 4 de abril de 2004, com mandato para facilitar a implementação, pelas partes marfinenses, do acordo de paz assinado por eles em janeiro de 2003.

Segundo a ONU (2016), passado o prazo para o término desta operação, após as eleições presidenciais de 2010, a crise política permaneceu na Costa do Marfim, ambiente que prorrogou as atividades da UNOCI naquele país. A ONU buscou a proteção de civis, apoiar o governo no desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) dos ex-combatentes, bem como a reforma do setor de segurança.

O Brasil esteve presente com quatro oficiais sendo um na função de Analista de Informações e três na função de Oficial de ligação (BRASIL, sem data).

3.2.2 UNMISS

A operação UNIMISS, criada segundo a Resolução 1996 de 8 de julho de 2011, do Conselho de Segurança, tinha como objetivo consolidar a paz e a

segurança e ajudar a estabelecer condições para o desenvolvimento no Sudão do Sul.

Em dezembro de 2013, após a crise que surgiu naquele país, o Conselho de Segurança, em sua resolução 2155, de 27 de maio de 2014, reforçou a UNMISS e repriorizou seu mandato para a proteção de civis, monitoramento de direitos humanos e suporte para a entrega de assistência humanitária e para a implementação do Acordo de Cessação de Hostilidades (ONU, 2014).

O Brasil esteve presente com dezoito oficiais sendo um na função de Oficial de Estado Maior e dezessete na função de Observador Militar (BRASIL, sem data).

3.2.3 UNMIL

A UNIMIL, operação criada pela resolução 1509 do Conselho de Segurança, de 19 de setembro de 2003, tinha o intuito de apoiar a implementação do acordo de cessar-fogo e do processo de paz; proteger pessoal, instalações e civis das Nações Unidas; apoiar atividades humanitárias e de direitos humanos; bem como ajudar na reforma da segurança nacional, incluindo o treinamento da polícia nacional (ONU, 2003).

3.2.4 UNISFA

A UNISFA foi estabelecida depois que o Governo do Sudão e o Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLM) chegaram a um acordo em Addis Abeba, Etiópia, para desmilitarizar Abyei e deixar as tropas etíopes monitorarem a área. Foi criada através da resolução 1990 do Conselho de Segurança da ONU, de 27 de junho de 2011, respondendo à situação urgente na região de Abyei do Sudão ao estabelecer a Força de Segurança Provisória das Nações Unidas para Abyei (ONU, 2011).

Seus principais objetivos foram: monitorar a fronteira do ponto de inflamação entre o norte e o sul e facilitar a entrega de ajuda humanitária com autorização para usar a força, caso fosse necessário, na proteção de civis e trabalhadores humanitários em Abyei

3.2.5 MONUSCO

A MONUSCO foi estabelecida, em um primeiro momento, através da resolução 1925, do Conselho de Segurança da ONU, de 28 de maio de 2010. Tinha como objetivo proteger os civis e os defensores dos direitos humanos sob ameaça iminente de violência física e apoiar o Governo da RDC na sua Estabilização e consolidação da paz. Além disso, recebeu autorização para utilizar todos os meios necessários para cumprir seus objetivos (ONU, 2010).

Ainda, segundo informou o coronel Felix Basse, porta-voz militar da missão em seu relatório, a MONUSCO respondeu a um ataque realizado pelos rebeldes da República Democrática do Congo (RDC) à base da MONUSCO, na cidade de Goma, com sua primeira ofensiva em larga escala, utilizando-se de sua artilharia, em conjunto com o exército congolês (ONU, 2013).

De todas as operações de pacificação da ONU, até os dias atuais, esta missão tem um caráter especial, pois foi a única, conduzida por aquela organização, na qual foram realizados fogos de artilharia com o intuito de buscar estabelecer a paz (BROOKS, 2013).

3.2.6 UNFIL

Criada, inicialmente, segundo as resoluções 425 e 426 do Conselho de Segurança da ONU, de março de 1978, a UNFIL visava confirmar a retirada israelense do Líbano, restaurar a paz e a segurança internacionais e ajudar o governo libanês a restaurar sua autoridade efetiva na área.

Na sequência da guerra Israel-Hezbollah em julho de 2006, o Conselho, através da resolução 1701, de 11 de agosto de 2006, reforçou a Força e decidiu que, além do mandato original, monitoraria, entre outras coisas, a cessação das hostilidades; acompanharia e apoiaria as forças armadas libanesas à medida que se desdobrassem em todo o sul do Líbano; alargaria a sua assistência para garantir o acesso humanitário às populações civis e o regresso voluntário e seguro das pessoas deslocadas (ONU, 2006).

3.2.7 UNFICYP

Segundo a resolução 186 do Conselho de Segurança da ONU, de 4 de março de 1964, a UNFICYP tem como objetivos: preservar a paz e a segurança internacionais, e, se necessário, contribuir para a manutenção e restauração da lei e da ordem e o retorno às condições normais (ONU, 1964).

O mandato da UNFICYP vem sendo ampliado periodicamente pelo Conselho de Segurança e a Força continuou sua presença na ilha com o intuito de supervisionar linhas de cessar-fogo, manter uma zona de amortecimento e realizar atividades humanitárias, apoiando a Missão do Secretário-Geral (DERF, 2014).

O Brasil esteve presente com um oficial ocupando as funções de Oficial de Ligação e Observador Militar (BRASIL, sem data).

3.2.8 MINURSO

A MINURSO foi criada segundo a Resolução 690 do Conselho de Segurança da ONU, de 29 de abril de 1991. Previa um período de transição durante o qual um Representante Especial do Secretário-Geral teria a responsabilidade exclusiva sobre todos os assuntos relativos a um referendo, no qual a população do Saara Ocidental escolheria entre independência e integração ao Marrocos. Neste período, o Representante Especial seria assistido em suas tarefas por um Representante Especial Adjunto e por um grupo integrado por civis, militares e policiais das Nações Unidas (ONU, 1991).

Esta missão foi originalmente mandatada para, entre outras tarefas: monitorar o cessar-fogo; verificar a redução das tropas marroquinas no território; tomar medidas com as partes para assegurar a libertação de todos os prisioneiros políticos ou detidos do Sara Ocidental; supervisionar o intercâmbio de prisioneiros de guerra; implementar o programa de repatriamento; e identificar e registrar eleitores qualificados (OLIVEIRA, 2016).

O Brasil esteve presente com seis oficiais na função de Observadores Militares (BRASIL, sem data).

3.2.9 MINUSTAH

Segundo o Ministério da Defesa, em seu sitio eletrônico, a (MINUSTAH) foi criada por Resolução do Conselho de Segurança da ONU, em fevereiro 2004, com o objetivo de restabelecer a segurança e normalidade institucional do país após sucessivos episódios de turbulência política e violência. Historicamente, todos os contingentes da MINUSTAH foram comandados por comandantes brasileiros.

Além de todos os comandantes da MINUSTAH serem brasileiros, o Brasil esteve presente com um considerável efetivo de oficiais em funções de Estado Maior e Assessor de Embaixador. Porém, destaca-se o elevado número de militares que foram empregadas em frações constituídas. Este efetivo está por volta de dois mil militares, de todas as graduações e patentes (BRASIL, sem data).

3.2.9.1 A evolução do adestramento das tropas brasileiras para o emprego na MINUSTAH

Por estar presente no território haitiano e desenvolver suas missões por mais de uma década, a MINUSTAH vem evoluindo de acordo com as necessidades daquele país. De acordo com as análises do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO), "braço" da ONU responsável pela estratégia e gerenciamento das operações de paz, a missão exigia, num primeiro momento, o emprego das tropas em operações urbanas complexas, patrulhamento robusto e intensivo, domínio territorial, ações de busca, cerco e vasculhamento. Num segundo momento, entre os anos de 2006 e 2007, houve a adoção de um modelo de pacificação urbana baseado em pontos fortes, expansão de perímetros de segurança e patrulhamento intensivo para a negação do território a grupos armados. Já em 2008, com a desarticulação dos grupos armados, regulou-se um novo treinamento para os novos contingentes desta missão, baseados em assuntos como detenção temporária de indivíduos, mandatos de prisão, policiamento ostensivo e controle de distúrbios. Em janeiro de 2010, após um terremoto destruidor naquele país, o treinamento das tropas da MINUSTAH sofreu uma significativa mudança, passando a abordar enfaticamente técnicas e táticas para realizar sepultamentos, prover e efetuar a segurança de pontos de distribuição de alimentos e água e muitas outras atividades com intuito de facilitar a

coordenação de tarefas essenciais para o retorno do Haiti a um patamar mínimo de normalidade. O treinamento específico, bem como toda sua evolução de 2004 a 2010, conduzidos sob os ditames de um mandato do capítulo VII da Carta da ONU, foram aplicados, a partir de 2005, pelo Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz), criado no mesmo ano (HAMANN, 2015).

Ainda, segundo Hamann (2015), em 2010, no período pós-terremoto, foi criado o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), uma evolução do CIOpPaz. Este Centro de Instrução foi criado com o objetivo de planejar e executar o treinamento de indivíduos e tropas para serem empregadas em operações de paz da ONU e de desminagem humanitária. O CIOpPaz também foi o responsável pelas reconfigurações necessárias, exigidas ao treinamento dos contingentes brasileiros empregados na MINUSTAH.

3.2.9.2 O Emprego do 2º Grupo de Artilharia de Campanha Leve - Regimento Deodoro - no 19º BRABAT

Em 2013, O 2º Grupo de Artilharia de Campanha Leve - Regimento Deodoro - (2º GAC L) situado na cidade de Itu, no estado de São Paulo, enviou um efetivo de 65 militares para compor o 19º contingente do Batalhão Brasileiro no Haiti. Estes militares desempenharam operações de manutenção de paz na capital do país, sendo destacados em duas companhias e na Base General Barcellar (BGB) (BRASIL, 2016).

Ainda, segundo estes dados, 26 (vinte e seis) militares atuaram pela 1ª Companhia de Fuzileiros de Força da Paz instalada no Forte Nacional, na região central de Porto Príncipe. A Companhia cumpriu missões de manutenção de um ambiente seguro e estável, no fortalecimento das instituições nacionais haitianas, além do apoio às atividades de assistência humanitária.

Outros 26 (vinte e seis) militares do 2º GAC L foram alocados na 2ª Companhia de Fuzileiros de Força de Paz, tendo como missão principal garantir a segurança e estabilidade na região de Cité de Soleil, este sendo o local mais critico da capital daquele país, realizando patrulhas a pé e motorizadas, além de operações conjuntas com a polícia haitiana (PNH) e com a polícia da ONU (ONPOL).

3.3. As Operações de Pacificação, segundo a doutrina do Exército Brasileiro

As Op Pac dependem de um contexto estratégico para serem realizadas, baseado nos seguintes desafios: instabilidade dos Estados; desrespeito a normas internacionais; existência de redes extremistas transnacionais organizadas e violentas; e proliferação de armas de destruição em massa e de avançadas tecnologias. Engloba diversas tarefas e atividades militares em conjunto com vetores civis. Assemelha-se, desta forma, com as Operações de Apoio a Órgãos Governamentais, em algumas hipóteses e diferencia-se, no âmbito do território nacional, pela necessidade do estabelecimento de um Estado de Exceção e, no exterior, pela capitulação específica de mandatos de organismos internacionais (BRASIL, 2015).

3.3.1 Estado de Exceção

Segundo Bahia (2013), o Estado de Exceção é um mecanismo constitucional de que o chefe do poder executivo poderá utilizar-se, temporariamente, em situações de excepcionalidade e crise, que ponham em ameaça a soberania do Estado Brasileiro, que uma vez em vigor, suspenderá direitos e garantias constitucionais até que novamente seja alcançada a ordem interna.

3.4 Operações de Apoio a Órgãos Governamentais (Op AOG), segundo a doutrina do Exército Brasileiro

As Op AOG são aquelas operações nas quais o Exército Brasileiro presta apoio à população em geral, interagindo com diversas agências governamentais, sejam elas, federais, estaduais, municipais, entre outras. Este tipo de Op muito se assemelha às Op Pac, no entanto, as Operações de AOG são desencadeadas em situações e áreas onde os órgãos governamentais permanecem no seu exercício funcional, porém este exercício não é realizado em sua plenitude, ou seja, ele é prestado de maneira insuficiente. As Op AOG também são executadas quando estes órgãos não possuem meios suficientes para desempenharem, de maneira regular, suas missões constitucionais (BRASIL, 2015).

3.4.1 As Op de AOG em território nacional

Este tipo de Operação, em território nacional, regulada por diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, contribui, dentre outras maneiras, para garantir a soberania nacional, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando para o desenvolvimento nacional e o bem estar social (BRASIL, 2015).

O mais comum nas Op AOG é o apoio prestado com o intuito de desenvolver o aspecto econômico e a infraestrutura do local, de cooperar com o desenvolvimento nacional e o bem estar social. Há, ainda, o apoio através de atividades relacionadas à proteção e à segurança da sociedade, que tem como principais tarefas: a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem (GLO), a proteção de estruturas estratégicas, as ações na faixa de fronteira, a prevenção e combate ao terrorismo, as ações sob a égide de organismos internacionais, o emprego em apoio à política externa em tempo de paz ou crise e as atribuições subsidiárias, dentre outras (BRASIL, 2014).

3.4.2 Operações de Pacificação X AOG

Segundo a própria doutrina militar terrestre, no Manual de Campanha Operações de Pacificação, as tarefas de pacificação guardam semelhanças com as tarefas de Apoio a Órgãos Governamentais, distinguindo-se entre si apenas pelo contexto do emprego e pelos diplomas legais que as autorizam (BRASIL, 2014).

As Op Pac têm como finalidades: proporcionar um ambiente seguro, proteger a população, ativos e infraestruturas críticas, atender às necessidades críticas da população, conquistar o apoio da opinião pública e estabelecer o ambiente institucional para o desenvolvimento. Por sua vez, as Op AOG têm como finalidades: preservar a vida, restaurar serviços essenciais, manter ou restaurar a lei e a ordem, proteger estruturas estratégicas e propriedades, restabelecer as instituições locais e moldar o ambiente operacional para o êxito das operações no ambiente interagências (BRASIL, 2015).

3.5 Garantia da Lei e da Ordem (GLO)

Segundo Oliveira (2017), as Operações de GLO podem ser desencadeadas por ordem exclusiva e expressa do Presidente da República nos casos em que há esgotamento das forças de segurança pública e em situações graves de perturbação da ordem. Estas operações, reguladas pela Constituição Federal, concedem aos militares a faculdade de atuar com poder de polícia até o restabelecimento da normalidade.

Ainda segundo Oliveira (2017), o emprego das Forças Armadas em Op GLO, pautando-se na observância dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da legalidade, tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição Federal de 1988. As principais ações desencadeadas durante as Op GLO são: assegurar o funcionamento dos serviços essenciais sob a responsabilidade do órgão paralisado; desocupar ou proteger as instalações de infraestrutura crítica, garantindo o seu funcionamento; impedir a ocupação de instalações de serviços essenciais; proteger locais de votação; realizar policiamento ostensivo, estabelecendo patrulhamento a pé e motorizado, entre outras.

3.6 O Emprego do Sistema Artilharia de Campanha como Apoio de Fogo em Op Pac e AOG

O Sistema Artilharia de Campanha como Apoio de Fogo (SAC) deve estar habilitado a apoiar a Força Terrestre em suas Operações de Guerra e em suas Operações de Não-Guerra. Este apoio tanto pode vir de forma singular quanto pode vir de forma a integrar ou reforçar a arma base. Mas também, pode vir através da aplicação de fogos adequados na área de conflito (BRASIL, 2016).

Até meados do século passado, os conflitos eram travados em ambientes de características rurais, principalmente. Porém, devido a uma intensa urbanização e grande explosão demográfica, sem precedentes na história, as batalhas migraram para ambientes urbanos, por todo mundo. O Brasil acompanha esta tendência de empregar suas Forças Armadas em localidades urbanas, tanto em Op Guerra quanto em Op Não Guerra. Esta afirmativa ganha corpo com as recentes participações da Força Terrestre em Operações neste tipo de cenário, seja em

território nacional com as Operações Arcanjo (Complexo de favelas do Alemão/RJ) e Operação São Francisco (Complexo de favelas da Maré/RJ), seja em âmbito internacional, com a participação efetiva na MINUSTAH, Haiti. Desta maneira, é imprescindível o preparo e adestramento da Força, em todas as suas funções de combate, para o emprego em confrontos desencadeados nos grandes centros urbanos (ROZAS, 2014).

3.7 A função de combate Fogos, no interior de localidades

Segundo Da Motta (2008), o combate em uma área edificada, de maneira geral, apresenta-se fracionado em três fases: o isolamento da localidade, a conquista de uma área de apoio na periferia da localidade e a progressão no interior da localidade.

Ainda segundo Da Motta (2008), da fase inicial do ataque em localidade às fases subsequentes, a Artilharia deverá proporcionar adequado apoio de fogo a operação, ocupando, para isso, posição de forma a apoiar, adequadamente, pelo fogo a manobra do escalão considerado. Esta posição deve ser favorável e externa à localidade, a fim de proporcionar o máximo apoio de fogo à frente, guardando as devidas precauções quanto à segurança.

A segunda fase consiste na progressão das forças do escalão de ataque para a área edificada e na conquista de alguns prédios (área de apoio) na orla anterior da localidade. A Artilharia, nesta fase, deve realizar a devida coordenação e integração de seus fogos, procurando reduzir as vantagens da força oponente, tais como a disposição de observatórios privilegiados, os itinerários de fuga, as fortificações, os bloqueios de vias de acesso, dentre outros (BRASIL, 2003).

O apoio na fase final da operação caracteriza-se pela descentralização dos elementos de manobra, os quais progredirão por corredores independentes, levando o planejamento da artilharia à descentralização, a fim de proporcionar apoio de fogo cerrado e contínuo. A realização de tiros diretos nesta fase da operação justifica-se pela possível destruição de redutos ocupados pelas forças adversas. Deve-se tomar extremo cuidado, todavia, com tal conduta, a fim de se evitar efeitos indesejados, tais como aumento do abrigo e da ocultação proporcionado ao inimigo pelos destroços provocados pelo fogo, particularmente

quando se trata de casamatas de concreto construídas nos andares térreos (BRASIL, 2003).

Do ponto de vista de Da Motta (2008) é imperioso observar a diferença do Grupo de Artilharia de Campanha atuando em localidades e atuando em um ataque coordenado, em campo aberto. Enquanto que no primeiro ambiente de atuação, localidades edificadas, é preferível a utilização cautelosa dos fogos, uma vez que o emprego exagerado ou equivocado pode ter consequências graves, como baixas indesejáveis, destruição da infraestrutura local, no segundo ambiente, campo aberto, o GAC emprega seus meios de apoio de fogo de forma maciça sobre os alvos.

Da Motta (2008) cita em seu trabalho que o interior das áreas edificadas traz, além de dificuldades de deslocamento e observação para o Grupo, restrições à realização de tiros com trajetória mergulhante. Concluindo, desta forma, que há, por parte do defensor, inúmeras vantagens proporcionadas por este tipo de ambiente operacional e, em contrapartida, diversas desvantagens ao GAC. Estas desvantagens impõem ao GAC que a sua localização seja na orla das localidades para o isolamento e conquista de base de apoio e vindo, posteriormente, a se deslocar para posições de manobra, com a finalidade de apoiar a progressão dos elementos de manobra no interior das mesmas. Em seguida haverá uma conveniente adaptação das posições ao terreno, em detrimento dos fatores previstos para seleção das mesmas.

Com objetivo de regular e equalizar as necessidades militares com o caráter humanitário dos conflitos, independente do ambiente em que estes ocorrem, surge o Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) com alguns de seus princípios basilares: Distinção, Limitação, Proporcionalidade, Necessidade Militar e Humanidade. Independente do campo de batalha onde seja desencadeado o conflito, as forças militares devem buscar o êxito de suas operações atendendo a estes princípios citados. Desta forma, as Forças Armadas necessitam atuar diferenciando seus objetivos, afim de evitar o efeitos dos fogos desencadeados, principalmente no que tange à precisão a ser alcançada por estes para que não haja danos desnecessários ou excessivos.

3.8 Materiais de Artilharia do Exército Brasileiro: artilharia de tubo e suas munições

O Manual de Campanha C 6-1 classifica com Artilharia de Tubo os canhões, os morteiros 120mm e os obuseiros. Há ainda, para obuseiros e canhões, entre outras, a classificação por calibres, sendo considerados "Leves" aqueles até 120mm, inclusive; "Médios" os acima de 120 até 160mm, inclusive; "Pesados" os acima de 160 até 210mm, inclusive; e "Muito pesados" os acima de 210mm.

Porém, somente os obuseiros 155mm possuem granadas para tiro de precisão, não estando autorizados o M114 e M114A1, a executarem este tipo de tiro.

3.8.1 OBUSEIRO 105 mm M 101 AR

Projeto norte-americano da década de 30. Emprega munição de 105 mm, com alcance útil de 9.500m em uma cadência sustentada de 3 (três) tiros por minuto (TPM). Armamento simples, rústico e de fácil manutenção e operação, possui baixo peso de 2560 Kg. Por outro lado, possui limitações de alcance, setor de tiro (800 milésimos) e dificuldade na reposição de peças. Além disso, é autorrebocado, condição que exige um viatura tratora para o deslocar (BENETTI, 2008).

Figura 1: Obuseiro 105mm M101 AR
Fonte: http://isaacangelo.blogspot.com.br/2012/06/arma-de-artilharia.html

3.8.2 Obuseiro 105 mm M 108 AP

Montado permanentemente sobre reparo constituído pela própria viatura, condição que o classifica como autopropulsado (AP), foi incorporado ao EB na década de 1970, proporcionando a necessária mobilidade às brigadas blindadas e mecanizadas. Possui calibre 105mm que atinge o alcance útil de 9.500m, através de um campo de tiro de 6400 milésimos e uma cadência de 3 TPM. Conta a seu favor, a sua elevada mobilidade tática, a simplicidade do sistema de pontaria, a proteção blindada e o emprego de munição nacional. Porém, não lhe é favorável a desproporção entre peso elevado ao considerar-se o calibre, além do alcance limitado (BENETTI, 2008).

Figura 2: Obuseiro 105mm M101 AR
Fonte: http://www.cmsm.eb.mil.br/images/ca/gremios/artilharia/obus_105.jpg

3.8.3 OBUSEIRO 105 mm M 56 AR OTO MELARA

De origem italiana, tem como notabilidade a possibilidade de ser desmontado e transportado em fardos, aliado a seu baixo peso de 1.480 Kg. Além disso, possui alcance máximo de 10.200 m e cadência sustentada de 3 TPM. Simples e de fácil operação, utiliza-se de munição nacional, idêntica à dos obuseiros M 101 e M 108. Seu alcance restrito é considerado um fator limitador bem com sua manutenção, devido a dificuldade de encontrar peças de reposição.

Figura 3: Obuseiro 105 mm M 56 AR OTO MELARA
Fonte: http://www.flickriver.com/photos/sarge_schultz/2893610457/

3.8.4 Obuseiro 155mm M114 AR e M114 A2 AR

Material projetado pelos Estados Unidos da América há quase 80 anos, com características marcantes, entre elas o alcance útil de 12.700 metros, o peso de 5400Kg e uma cadência de 2 (dois) tiros por minuto (TPM). Pesa a seu favor sua simplicidade e rusticidade, bem como seu elevado poder de fogo, devido ao calibre de sua munição, 155mm. No entanto, há inúmeras desvantagens, sendo as maiores delas: o fato de ser autorrebocado, aliando-se a este fato seu elevado peso dificultando sua mobilidade; contra si ainda pode-se citar a lenta cadência de tiro (BENETTI, 2008).

Figura 4: Obuseiro 155mm M114 AR
Fonte: http://altocomandomilitar.blogspot.com.br/2010/09/obuseiro-de-105mm-e-155mm.html

3.8.5 Obuseiro 155mm M109 A3 AP

Material projetado pelos Estados Unidos da América para proporcionar apoio de fogo às tropas blindadas e mecanizadas. Seu alcance de utilização atinge os 15.500m (19.300m com munição assistida), seu peso gira em torno de 26.000Kg e sua cadência de tiro é de 2 tiros por minuto (TPM) e seu setor de tiro é de 360 graus ou 6.400 milésimos. A seu favor, pode-se considerar a grande mobilidade tática, por ser um material autopropulsado sobre lagartas, elevado poder de fogo proporcionado pelo calibre 155mm, a relativa proteção blindada. No entanto, contra si, há o elevado consumo de combustível e a necessidade de uma manutenção mais apurada e especializada (BENETTI, 2008).

Segundo o Manual de Campanha C 6-40 Volume II, dentro dos obuseiros existentes no Exército Brasileiro, somente este é compatível com munição de precisão M712 Copperhead.

Figura 5: Obuseiro 155mm M109 A3 AP
Fonte: http://www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/13069/EB-em-Revista-07-2013---Operacoes/

3.9 Munições em uso pela Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro

As munições apresentam diversas características e efeitos, de acordo com a necessidade e finalidade desejada.

Segundo Treinta (2011), pode-se desencadear fogos de artilharia com objetivos variados como: destruir ou neutralizar alvos, cegar o inimigo por meio de

fumaça, iluminar o campo de batalha, lançar minas, provocar incêndios e até mesmo produzir danos químicos, biológicos e nucleares.

No entanto, para atingir os objetivos previstos neste trabalho de pesquisa, esta seção somente abordará munições da artilharia de campanha do EB que possuem o efeito de destruir ou neutralizar um determinado alvo, tendo em vista a necessidade de encontrar soluções para o apoio de fogo de artilharia em possíveis alvos no interior de localidades urbanas nas Operações de Pacificação.

3.9.1 Munição Alto-Explosiva (AE) Convencional

Segundo o Manual de Campanha de Técnica de Tiro de Artilharia - C 6-40 2º Volume, a granada alto-explosiva ao arrebentar lança estilhaços para a frente, para os lados e para trás, não possuindo quaisquer mecanismos de precisão, como guiamento a laser e/ou GPS, sendo suscetível às condições do material utilizado e, obviamente, às condições meteorológicas, que aumentam consideravelmente sua imprecisão (BRASIL, 2001).

3.9.2 Munição Guiada a Laser M712 *Copperhead*

A granada (Gr) M712 *Copperhead* é uma granada AE de 155mm utilizada como arma anticarro.

Possui um alcance máximo, com cargas reforçadas, de 16.100m. A trajetória da granada *Copperhead* é semelhante a da granada AE convencional, diferindo somente quando esta Gr atinge sua flecha máxima, instante no qual os sistemas de orientação e controle são ativados, permitindo a alteração de sua trajetória no instante em que esta torna-se descendente (BRASIL, 2001).

Segundo Ramos (2008), porém, a principal característica da M712 é a possibilidade de guiamento na sua fase terminal da trajetória através de um raio laser, ocasionando uma elevada precisão.

3.9.3 Munição Assistida por Foguete

A munição assistida por foguete, conhecida como RAP ou HERA, caracteriza-se por ser uma granada alto-explosiva que, em decorrência possuir um foguete como incremento, alcança distâncias superiores a de uma granada AE

convencional. Porém, esta sua característica marcante, implica em um maior duração do trajeto em relação a granada AE convencional, desta forma, tornando-se mais imprecisa, devido a maior tempo de exposição às condições meteorológicas (BRASIL, 2001).

3.10 Os principais Obuseiros existentes no mundo

A fim de abordar os principais materiais e munições de artilharia de campanha existentes no mundo, os principais fatores de seleção a serem levados em consideração serão a utilização desses materiais e munições em conflitos mais recentes e a possibilidade de proporcionarem uma alta seletividade de alvos por conta da precisão, característica de suma importância para o apoio de fogo em combate a localidades.

3.10.1 Obuseiro 155mm M109 A6 AP (*Paladin*)

O Paladin M109A6 é um sistema de artilharia autopropulsado de fabricação norte americana. Dotado de um metralhadora M2, tem como armamento primário o obus M284 155mm. Seu armamento primário possui um alcance máximo de 30.000 m. Este obuseiro é operado por uma equipe de quatro militares, sendo um comandante, um motorista, um artilheiro e um carregador. O Paladin é capaz de operar de forma independente sem assistência técnica externa. A tripulação pode receber dados da missão através de um sistema de voz e comunicação digital seguro, calcular os dados de disparo, apontar, disparar e passar para um novo local sem assistência técnica externa. Além destas características, o Paladin M109A6 possui proteção contra agentes nucleares, químicas e biológicas, além de ter a capacidade de atirar com granadas M712 Copperhead e Excalibur.

Figura 6: Obuseiro M109 A6 AP *Paladin*
Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:M109A6_Paladin_ID_071010-F-0209C-014.jpg

3.10.2 Obuseiro CAESAR (CAmion Equipé d'un Système d'ARtillerie)

O obuseiro CAESAR, com alcance máximo de 42.000 m com munição assistida, possui o calibre de 155mm, o qual é montado sobre uma plataforma sobre rodas com tração 6x6, o que lhe confere uma alta mobilidade. Além destas características possui, ainda, um sistema de controle e direção de tiro totalmente automatizado e sistema de navegação inercial, além de proteção blindada para a guarnição da peça. Além disso, este obuseiro é compatível com granadas M712 Copperhead e Excalibur.

Figura 7: Obuseiro CAESAR 155mm AP
Fonte: http://tecnodefesa.com.br/assinado-entre-krauss-maffei-wegmann-e-nexter-systems/

3.11 As Munições Inteligentes de Artilharia mais Utilizadas no Mundo - Munição M982 *Excalibur*

Segundo a *Raytheon Systems*, empresa desenvolvedora da munição M982, em seu sítio eletrônico, a Excalibur foi desenvolvida como uma alternativa para minimizar os danos colaterais, para alvos além do alcance de munições convencionais. Possui como principal característica a precisão que pode chegar a até 2 metros. Além desta característica, possui um alcance máximo acima dos 50km e é compatível com múltiplos sitemas de armas de artilharia dos EUA e dos países da Coalizão.

4. DISCUSSÃO

Da análise do exposto no capítulo 3, observa-se que, com o passar dos anos, os conflitos entre as nações, que marcaram, principalmente, o início do século passado, tornaram-se menos recorrentes, dando lugar a diversos conflitos internos.

Esta tendência de guerras internas gerou uma relativa preocupação entre os Estados. Paralela a isto, buscando garantir a paz mundial através do bom relacionamento entre os países, criou-se a ONU. Este organismo tem, como um de seus objetivos principais, intervir em regiões de guerra com intuito de promover a paz e a segurança nestes locais.

As Operações de Paz vêm sendo realizadas, no decorrer dos últimos anos, sob a égide deste organismo internacional e executada por diversos países, seja por suas Forças armadas, seja por suas Forças Auxiliares ou até mesmo por civis especializados.

Ainda, de acordo com a natureza dos conflitos, as Op Pac convergem para variadas ações, desde a tomada de atitudes preventivas para evitar a deflagração de conflitos armados até a imposição, pela força, da paz em territórios onde os conflitos armados já iniciaram.

Cabe ressaltar ainda que, todas as medidas e ações realizadas pelas forças da ONU, nas operações que visam à promoção da paz, são pré-estabelecidas por Resoluções deste organismo, sendo especificas para cada conflito, de acordo com suas peculiaridades e necessidades.

Em território nacional, as Op Pac se confundem com as Op AOG, sendo que, para a primeira, há a necessidade do estabelecimento de um Estado de Exceção. As Op Pac, de acordo com as características e necessidades do conflito, executam ações de natureza variada. O Grupo de Artilharia de Campanha, além de sua missão precípua de apoiar pelo fogo, tem a capacidade de executar outros tipos de atividade, como a Garantia da Lei e da Ordem (GLO), por exemplo.

Para as variadas tarefas realizadas nas Op Pac, o GAC pode ser empregado como uma fração de Infantaria, maneira a qual atuou o 2º GAC L, no 19º contingente da MINUSTAH. Desenvolve, assim, tarefas de GLO, patrulhamento a pé e motorizado, segurança de pontos sensíveis, entre outras. Há, ainda, por parte do CCOPAB, um treinamento com o contingente designado, ainda em território nacional, antes da partida, conduzidos sob os ditames preconizados na Carta da

ONU, para este tipo de operação. Este Centro, através do treinamento que realiza com as tropas designadas para missão de paz, dissemina e nivela o conhecimento entre as frações participantes, sejam estas, frações de Infantaria, Artilharia ou qualquer outra Arma, Quadro e Serviço.

Para as missões em que o GAC apóia pelo fogo as Op Pac, deve haver, um acordo sobre o Status da Força, assinado entre o país que sofrerá a intervenção e a ONU, citando e autorizando este tipo de emprego. No caso em que as Op Pac forem em território nacional, é necessário que o chefe do poder executivo utilize-se do estado de exceção.

As plataformas de tiro utilizadas neste tipo de operação, com apoio de fogo, devem ser compatíveis com granadas de precisão, para que sejam desencadeados os fogos, quando preciso, com máximo de cuidado possível com o intuito de evitar efeitos indesejáveis.

5. CONCLUSÃO

Os resultados do presente estudo apontam que há viabilidade de emprego dos Grupos de Artilharia de Campanha do Exército nas Op Pac em território Nacional.

Para ser empregado como tropa de Infantaria, os Grupos contam com o apoio de um Centro para adestrar e capacitar suas tropas, bem como, já há previsão de instruções nos quartéis de Artilharia, durante o ano de instrução.

Porém, para as missões nas quais o GAC apoia pelo fogo as Op Pac, a doutrina do Exército Brasileiro encontra-se insipiente. É necessário, primeiramente, que haja a aquisição de granadas com elevado grau de precisão, bem como plataformas de tiro compatíveis para seus lançamentos. Em uma segunda fase, após a aquisição dos materiais citados, granadas e plataformas, o adestramento específico para sua utilização. E, numa última fase, o treinamento específico para ser executado o apoio fogo em Op Pac.

Desta forma, torna-se clara a viabilidade do emprego em Op Pac, dos Grupos de Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro, porém com ressalvas no que diz respeito à ausência de materiais de artilharia e munições específicos, que atendam às necessidades previstas neste tipo de operação, sendo a maior das necessidades, a precisão do tiro para evitar danos excessivos.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Gabriely. **Segunda Guerra Mundial - História, causas e consequência**. Disponível em: <http://www.estudopratico.com.br/segunda-guerra-mundial-historia-causas-e-consequencias/>. Acesso em 27 de maio de 2017.

ARAÚJO, Mario L. A. Operações no amplo espectro: novo paradigma do espaço de batalha. **Doutrina Militar Terrestre**., Brasília, DF, ed. 1. p. 16-27, jan-mar 2013.

BACCHI, Reginaldo. **RECOP – A modernização da artilharia de campanha**. Disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/projetos-estruturantes/3380-recop-a-modernizacao-da-artilharia-de-campanha>. Acesso em 27 de maio de 2017.

BAHIA, Charles Nunes. Estado de exceção: uma afronta à supremacia dos direitos fundamentais?. In:Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 118, nov 2013.

BENETTI, César Carriel. **A Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro**. Centro de Pesquisas Estratégicas Paulino Soares de Souza. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008. Disponível em: http: <www.ufjf.edu.br/defesa>. Acesso em: 19 junho 2017.

BIGATÃO, Juliana de Paula. **As Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas no pós-Guerra Fria: o caso dos conflitos armados intra-estatais**. Disponível em: : <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Juliana%20P%20Bigatao%2013-08-07.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2017.

BOTELHO, José Francisco. **Guerra Total**. Disponível em: <http://super.abril.com.br/historia/guerra-total/>. Acesso em: 27 de maio de 2017.

BRASIL, 2016: Estado Maior do Exército. Aprova a Diretriz de Criação da Compreensão das Operações (COMOP) nº 07/2016, O Sistema de Artilharia de Campanha. Portaria nº 467, de 3 de novembro de 2016.

BRASIL, sem data. **Missões de Paz**. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/missoes-de-paz/-/asset_publisher/xbkIIDCFFYVl/content/efetivos>. Acesso em 17 de setembro de 2017.

BRASIL: **Missão das Nações Unidas para a Estabilização da Paz no Haiti**. Disponível em: <http://www.2gacl.eb.mil.br/index.php/2016-05-11-15-29-41/126-missao-das-nacoes-unidas-para-estabilizacao-no-haiti>. Acesso em 20 de junho de 2017.

BRASIL: **O Brasil e as Operações de manutenção da paz da ONU**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz >. Acesso em 06 de junho de 2017.

BRASIL: **O Brasil na MINUSTAH (Haiti)**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br>. Acesso em 20 de junho de 2017.

BRASIL. Exército. **C 20-1: Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército**. 3. ed. Brasília, DF, 2003b.

. _____. _____. **C 6-1: Emprego da Artilharia de Campanha**. 3. ed. Brasília, DF, 1997.

. _____. _____. **C 6-20: Grupo de Artilharia de Campanha.** 4. ed. Brasília, DF, 1998.

_____. _____. **C 6-40**: **Técnica de tiro de artilharia de campanha.** 5. ed., Brasília, DF, 2001, 2 v.

_____. _____. **C 7-20: Batalhões de Infantaria.** 3. ed. Brasília, DF, 2003a.

_____. _____. **EB20-MC-10.217: Operações de Pacificação**. 1. ed. Brasília, DF, 2015.

_____. _____. **EB20-MF-10.103: Operações**. 4. ed. Brasília, DF, 2014.

_____. _____. **EB70-P-11.003: Programa de Instrução Militar 2016**. 1. ed. Brasília, DF, 2015.

_____. _____. **MD33-M-10: Garantia da Lei e da Ordem**. 1. ed. Brasília, DF, 2014.

_____. _____. **MD34-M-02: Manual de Operações de Paz**. 3. ed. Brasília, DF, 2013.

BROOKS, Courtney. **UN tests combat brigade in Democratic Republic of Congo.** Disponível em: <http://america.aljazeera.com/articles/2013/9/5/un-tests-combat-brigadeindemocraticrepublicofcongo.html>. Acesso em 4 de junho de 2017.

CASTRO, Fábio Benvenutti. Os Conflitos assimétricos e a adequação das Forças Armadas. **PADECEME,** Rio de Janeiro, v. 14, p.70-78, jan./mar. 2007.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 186 de 4 de março de 1964. Disponível em: <http:// http://www.un.org>. Acesso em 17 de junho de 2017

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 425 de 19 de março de 1978. Disponível em: <http:// http://www.un.org>. Acesso em 17 de junho de 2017

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 426 de 19 de março de 1978. Disponível em: <http:// http://www.un.org>. Acesso em 17 de junho de 2017

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 690 de 29 de abril de 1991. Disponível em: <http:// http://www.un.org>. Acesso em 17 de junho de 2017

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 1509 de 19 de setembro de 2003. Disponível em: <http:// http://www.un.org>. Acesso em 17 de junho de 2017

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 1528 de 27 de fevereiro de 2004. Disponível em: <http:// http://www.un.org>. Acesso em 17 de junho de 2017

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 1701 de 11 de agosto de 2006. Disponível em: <http:// http://www.un.org>. Acesso em 17 de junho de 2017

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 1925 de 28 de maio de 2010. Disponível em: <http:// http://www.un.org>. Acesso em 17 de junho de 2017

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 1923 de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: <http:// http://www.un.org>. Acesso em 06 de junho de 2017

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 1990 de 27 de junho de 2011. Disponível em: <http:// http://www.un.org>. Acesso em 17 de junho de 2017

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 1996 de 8 de julho de 2011. Disponível em: <http:// http://www.un.org>. Acesso em 17 de junho de 2017

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 2053 de 27 de junho de 2012. Disponível em: <http:// http://www.un.org>. Acesso em 17 de junho de 2017

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 2147 de 28 de março de 2014. Disponível em: <http:// http://www.un.org>. Acesso em 17 de junho de 2017

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 2155 de 27 de maio de 2014. Disponível em: <http:// http://www.un.org>. Acesso em 17 de junho de 2017

Da MOTA, Rodrigo B. **O Emprego do Grupo de Artilharia de Campanha no Ataque em Localidade.** 2008. 44 f. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, EsAO, Rio de Janeiro, 2008.

DERF, Prensa Argentina. Portal da Agência Federal de Notícias. **Rossi despide al contigente de cascos azules que partirá hacia Chipre**. Disponível em: < http://www.derf.com.ar/despachos.asp?cod_des=595058>. Acesso em 28 de maio de 2017.

DOS ANJOS, Fabio Mores. **Conflitos Mundiais Recentes**. Disponível em: <http://www.coladaweb.com/historia/conflitos-mundiais-recentes>. Acesso em 4 de junho de 2017.

FARIA, Caroline. **Organização das Nações Unidas (ONU)**. Disponível em: < http://www.infoescola.com/geografia/organizacao-das-nacoes-unidas-onu/>. Acesso em: 27 de maio de 2017.

FRANÇA: CAESAR - camion équipé d'un système d'artillerie. Disponível em: < http://www.defense.gouv.fr/terre/equipements/materiels-specifiques/artillerie/lanceurs/caesar-camion-equipe-d-un-systeme-d-artillerie>. Acesso em 27 de maio de 2017.

HAMANN, Eduarda P (Org.). *Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016.* Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2015. 80 p.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOURENÇO, Carlos E. da Silva. Os Materiais e Munições de Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro e os Conflitos de 4ª Geração, à luz do Direito Internacional dos Conflitos Armados. 2015. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós Graduação em Ciências Militares) - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2015.

MASON, Chuck R. 2012. **Status of Forces Agreement (SOFA): What Is It, and How Has It Been Utilized?**. Disponível em:< https://fas.org/sgp/crs/natsec/RL34531.pdf>. Acesso em 4 de junho de 2017.

OLIVEIRA, Natália. 2017. **O que é Garantia da Lei da Ordem (GLO) e como ela se aplica**. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,o-que-e-garantia-da-lei-da-ordem-glo-e-como-ela-se-aplica,70001812080>. Acesso em 18 de junho de 2017.

OLIVEIRA, Natalia Carrusca Alvim de. **As tensões entre o Marrocos e a ONU: a MINURSO e o futuro do Saara Ocidental.** Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2016/05/16/as-tensoes-entre-o-marrocos-e-a-onu-a-minurso-e-o-futuro-do-saara-ocidental/>. Acesso em 1 de junho de 2017.

Portal da Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em 27 de maio de 2017.

Portal da Organização das Nações Unidas. Disponível em: < https://nacoesunidas.org/acao/paz-e-seguranca/>. Acesso em 27 de maio de 2017.

PADOVANI. **Geografia Geral - Conflitos**. Disponível em: <http://www.padogeo.com/cont-conflitos.html>. Acesso em 27 de maio de 2017.

Portal da Fundação Getúlio Vargas (FGV - CPDOC). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenarioIndependencia/LigaDasNacoes>. Acesso em 27 de maio de 2017.

Portal da Kable Intelligence Limited. Disponível em: < http://www.army-technology.com/projects/paladin/>. Acesso em 27 de maio de 2017.

Portal da Raytheon Company. Disponível em: < http://www.raytheon.com/capabilities/products/excalibur/>. Acesso em 27 de maio de 2017.

RABELO, Maitê Marchandt. **A "Agenda para a Paz" e o legado de Boutros Boutros-Ghali**. Disponível em: : <https://cursosapientia.wordpress.com/2016/02/17/a-agenda-para-a-paz-e-o-legado-de-boutros-boutros-ghali/>. Acesso em 1 de junho de 2017.

RAMOS, Duarte dos Santos. **Artilharia de Campanha no moderno campo de batalha**: tendências de evolução no Exército Espanhol. 2008. 80 f. Trabalho de Investigação Aplicada - Academia Militar da Espanha, Toledo, 2008.

ROZAS, Rodrigo. **A importância do aprendizado das técnicas de progressão em ambiente urbano durante o período de formação básica do oficial**. 2014. 9 f. Artigo Científico - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2014.

RUIVO, Mariana Maia. A Guerra Moderna e suas transformações: da 1ª geração à guerra cibernética e o impacto na segurança internacional. 2014. 17 f. (Pós Graduação em Ciências Políticas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014

SADER, Edir. **Século XX: uma biografia não autorizada.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SIVITER, Neil. **The UN's War for Peace: Three Years Later in the Democratic Republic of the Congo.** 2016. Disponível em: <http://mackenzieinstitute.com/uns-war-peace-three-years-later-democratic-republic-congo/>. Acesso em: 27 maio 2017.

TANCREDO. **Segunda Guerra Mundial**. Disponível em: <http://www.tancredoprofessor.com.br/conteudo/128/segunda-guerra-mundial/>. Acesso em 27 de maio de 2017.

TREINTA, Alexandre Borges Villa. **O direito internacional dos conflitos armados e a artilharia de campanha do Exército Brasileiro**: um estudo sobre munições. 2011. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2011.

VIEIRA, Mauro. **Os 70 anos da ONU e a busca da paz**. Disponível em: < http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,os-70-anos-da-onu-e-a-busca-da-paz,1713779>. Acesso em 4 de junho de 2017.

VILELA, Túlio. **Guerra Fria (2): O que estava em jogo no conflito entre EUA e URSS**. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/guerra-fria-2-o-que-estava-em-jogo-no-conflito-entre-eua-e-urss.htm. Acesso em 27 de maio de 2017.